

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

THE CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION FOR CHILDREN WITH AUTISM
SPECTRUM DISORDER

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 24/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779572755](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779572755)

Luana França de Oliveira Souza

RESUMO

Este estudo aborda os desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando responder à questão: Como os professores podem superar as barreiras da inclusão escolar de crianças com TEA, implementando práticas pedagógicas inclusivas e eficazes? O objetivo geral foi analisar os principais desafios enfrentados no contexto do ensino fundamental e propor estratégias que fortaleçam as práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão sistemática da literatura, com a consulta às bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Capes, utilizando os descritores “autismo”, “inclusão escolar” e “práticas pedagógicas”. Os resultados evidenciam a necessidade de capacitação docente, suporte institucional e colaboração entre escola e família para promover uma inclusão efetiva. Conclui-se que as discussões sobre a temática são essenciais, especialmente sob a perspectiva psicológica, destacando o papel do psicólogo na mediação das relações escolares e no fortalecimento das práticas inclusivas.

Palavras-chave: Desafios da Inclusão; TEA; Professores; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study addresses the challenges of school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), seeking to answer the question: How can teachers overcome the barriers to school inclusion of children with ASD, implementing inclusive and effective pedagogical practices? The general objective was to analyze the main challenges faced in the context of elementary education and to propose strategies that strengthen inclusive pedagogical practices. The research adopts a qualitative approach, based on a systematic review of the literature, with the consultation of the

Virtual Health Library (VHL) and Capes databases, using the descriptors "autism", "school inclusion" and "pedagogical practices". The results show the need for teacher training, institutional support and collaboration between school and family to promote effective inclusion. It is concluded that discussions on the theme are essential, especially from the psychological perspective, highlighting the role of the psychologist in the mediation of school relationships and in the strengthening of inclusive practices.

Keywords: Challenges of Inclusion; TEA; Teachers; Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos grandes desafios da educação contemporânea, exigindo a articulação de esforços entre instituições, professores e famílias para a implementação de práticas pedagógicas que assegurem o pleno desenvolvimento desses estudantes.

Embora legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e diretrizes internacionais garantam o direito à educação para todos, a realidade no ambiente escolar ainda é marcada por barreiras significativas, como a falta de formação específica dos professores, recursos pedagógicos insuficientes e dificuldades na construção de uma parceria efetiva entre a escola e a família.

Nesse cenário, a inclusão escolar não pode ser entendida apenas como o acesso físico à escola regular, mas como a adoção de estratégias pedagógicas que promovam o aprendizado significativo, respeitando as necessidades individuais de cada criança. O presente

estudo busca explorar os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão escolar de crianças com TEA, investigando como as práticas pedagógicas podem ser aprimoradas para assegurar uma educação equitativa e inclusiva.

A problemática que guia esta pesquisa é: como os professores podem superar as barreiras da inclusão escolar de crianças com TEA, implementando práticas pedagógicas inclusivas e eficazes? Essa questão está diretamente relacionada ao objetivo geral, que consiste em analisar os principais desafios da inclusão de crianças com TEA no ensino fundamental e propor estratégias que fortaleçam as práticas pedagógicas inclusivas.

Para isso, o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos: identificar os principais obstáculos enfrentados pelos professores no contexto da inclusão, considerando limitações estruturais e pedagógicas; investigar como as políticas públicas e legislações são implementadas no cotidiano escolar; examinar como a relação entre escola e família pode ser fortalecida para promoção da inclusão.

A metodologia utilizada é qualitativa, com base em uma revisão sistemática da literatura. Foram consultadas bases de dados como Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Capes, utilizando descritores como “autismo”, “inclusão escolar” e “práticas pedagógicas”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2019 e 2024, escritos em português, e que abordassem diretamente os desafios da inclusão de crianças com TEA. A análise dos dados foi realizada por meio de categorização temática, buscando compreender as diferentes dimensões do problema e propor caminhos para superá-lo.

A inclusão efetiva requer um compromisso institucional que priorize a formação continuada dos professores, capacitando-os a compreender as características do TEA e a adotar estratégias pedagógicas adaptadas. Além disso, o envolvimento ativo das famílias e o suporte adequado da gestão escolar são fundamentais para que a inclusão vá além do discurso e se concretize na prática.

REFERENCIAL TEÓRICO

OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA

A inclusão escolar de crianças com TEA apresenta diversos desafios relacionados à prática docente. A formação inadequada dos professores surge como um dos principais entraves, limitando sua capacidade de atender às necessidades específicas desses alunos.

Segundo Cunha (2021, p. 45), "os professores precisam de uma formação continuada que os prepare para lidar com as particularidades do Transtorno do Espectro Autista, incluindo estratégias pedagógicas e compreensão das dinâmicas sociais do transtorno". Além disso, as barreiras estruturais, como a falta de recursos tecnológicos e metodológicos, dificultam o planejamento e a execução de atividades inclusivas.

Outro aspecto relevante é a sobrecarga de trabalho dos docentes, que frequentemente enfrentam turmas heterogêneas sem o suporte adequado. Para Schmidt (2020), é fundamental que as escolas invistam em adaptações curriculares que contemplem as diferenças individuais, garantindo que os alunos com TEA tenham acesso ao aprendizado de forma equitativa.

Mas neste contexto discursivo, quem é o aluno TEA? são crianças que apresenta características únicas relacionadas ao desenvolvimento neurológico, impactando principalmente as áreas da comunicação, interação social e comportamentos.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA é definido por dificuldades persistentes na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas manifestações podem variar em grau, desde comprometimentos leves até mais severos, tornando o espectro amplo e diversificado (American Psychiatric Association, 2014).

Cada aluno com TEA possui um conjunto singular de habilidades, desafios e formas de interagir com o mundo. É comum que essas crianças apresentem uma visão diferente da realidade, muitas vezes concentrando-se intensamente em interesses específicos ou demonstrando dificuldades para compreender normas sociais. Segundo Schmidt (2021, p. 19), "o cérebro do aluno com TEA pode ser comparado a uma rede única e delicada, que precisa de intervenções enriquecedoras e direcionadas para desenvolver plenamente seu potencial".

As crianças com TEA também enfrentam desafios em sua comunicação. Algumas podem apresentar ausência total de fala, enquanto outras têm dificuldade em compreender nuances na linguagem, como metáforas ou sarcasmo. Essas dificuldades frequentemente limitam suas interações sociais, podendo levar ao isolamento no ambiente escolar. Contudo, como aponta Rodrigues *et al.* (2023, p. 12), "com os estímulos corretos e estratégias

pedagógicas adaptadas, é possível promover a participação ativa desses alunos em contextos educacionais inclusivos".

Além disso, o TEA pode incluir hipersensibilidades sensoriais, como maior sensibilidade a ruídos, luzes ou texturas, que afetam diretamente a forma como o aluno vivencia o ambiente escolar. Esses aspectos requerem adaptações específicas para garantir um espaço confortável e acolhedor. Lopes e Telaska (2022, p. 10) destacam que, ao compreender as "particularidades do espectro, a escola pode ajustar sua estrutura e suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno".

É importante lembrar que, apesar dos desafios, os alunos com TEA possuem potencial significativo para o aprendizado e o desenvolvimento, especialmente quando suas singularidades são respeitadas e valorizadas.

Para isso, é essencial que educadores e colegas reconheçam suas diferenças como parte da diversidade humana, promovendo a inclusão e o respeito mútuo. Como enfatiza Cunha (2021, p. 45), "a inclusão do aluno com TEA não é apenas um direito assegurado por lei, mas uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar por meio da convivência com as diferenças".

Em suma, o aluno com TEA é uma criança cujas necessidades e características demandam atenção especializada, mas que, com as adaptações e os suportes adequados, pode desenvolver habilidades acadêmicas e sociais, contribuindo de maneira única para o ambiente escolar.

A compreensão e o acolhimento das suas singularidades são passos fundamentais para garantir sua inclusão plena e equitativa, sendo

um desafio para o corpo docente assegurar o desenvolvimento do aluno TEA visando a sua atuação enquanto cidadão de direito, pois estratégias pedagógicas devem ser promovidas conforme o cognitivo e as dificuldades apresentadas.

Os professores enfrentam uma série de desafios ao trabalhar com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exigindo deles um alto nível de adaptação, paciência e formação contínua. A complexidade do TEA, que varia significativamente de um aluno para outro em termos de intensidade e tipo de comprometimento, torna o trabalho pedagógico um campo de constante reinvenção. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de formação específica, as dificuldades de adaptação curricular, a gestão da sala de aula inclusiva e o manejo das necessidades socioemocionais do aluno.

Um dos desafios mais evidentes é a formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes relatam que não possuem preparo adequado para compreender as especificidades do TEA e aplicar estratégias pedagógicas eficazes. Segundo Cunha (2021, p. 63), "a capacitação docente é indispensável para que o professor possa lidar com a heterogeneidade da sala de aula e garantir que o aluno com TEA receba um atendimento pedagógico adequado". No entanto, a oferta de cursos e programas de formação voltados para a inclusão ainda é limitada, o que deixa o professor em uma posição de fragilidade ao enfrentar situações desafiadoras.

Outro obstáculo significativo é a adaptação curricular. Professores precisam ajustar conteúdos e métodos de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA, muitas vezes sem o suporte de especialistas ou recursos pedagógicos específicos. Além

disso, as práticas de ensino precisam ser flexíveis para contemplar diferentes formas de aprendizado, como o uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e estratégias lúdicas, que auxiliam no engajamento do aluno (Rodrigues *et al.*, 2023).

A gestão da sala de aula inclusiva também se apresenta como um desafio importante. Alunos com TEA podem exibir comportamentos que exigem atenção individualizada, como crises de ansiedade, movimentos repetitivos ou dificuldades para interagir com os colegas.

Esse cenário muitas vezes sobrecarrega o professor, que precisa equilibrar o atendimento às necessidades específicas do aluno com TEA e o progresso pedagógico da turma como um todo. Lopes e Telaska (2022, p. 11) enfatizam que "a inclusão só é possível em um ambiente escolar acolhedor, que permita ao professor implementar práticas pedagógicas diversificadas sem comprometer o desenvolvimento dos demais estudantes".

Além das questões pedagógicas, o professor enfrenta desafios relacionados ao manejo das necessidades socioemocionais do aluno com TEA. Crianças no espectro podem apresentar dificuldades para expressar sentimentos e compreender emoções alheias, o que pode gerar conflitos e isolamento no ambiente escolar.

Nesse contexto, o professor atua como mediador, promovendo a integração do aluno e garantindo que ele se sinta valorizado no ambiente escolar. Conforme Schmidt (2021, p. 27), "a empatia e a paciência do professor são ferramentas essenciais para construir uma relação de confiança com o aluno com TEA, possibilitando seu progresso acadêmico e social".

Por fim, a falta de suporte institucional é outro fator que agrava os desafios enfrentados pelos professores. Escolas frequentemente carecem de recursos especializados, equipes multidisciplinares e ambientes adaptados para atender às necessidades do aluno com TEA.

Sem esse suporte, o professor é forçado a buscar soluções individuais, o que pode gerar estresse e frustração. Como aponta Grossi (2020), "a inclusão só será efetiva quando houver uma articulação entre políticas públicas, gestão escolar e formação docente, criando uma rede de apoio que permita ao professor desempenhar seu papel com segurança e eficácia".

Em suma, os desafios para o professor ao trabalhar com alunos com TEA vão além do campo pedagógico, abrangendo questões estruturais, emocionais e institucionais.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A implementação de políticas públicas e legislações voltadas para a educação inclusiva representa um marco significativo no reconhecimento dos direitos das crianças com necessidades especiais, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) são referências centrais que asseguram o direito ao acesso e permanência de alunos com deficiência nas escolas regulares. No entanto, apesar das conquistas legais, os desafios para a aplicação prática dessas diretrizes ainda são substanciais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

Embora essa diretriz reforce a universalidade do direito à educação, sua aplicação requer um sistema educacional preparado para atender às especificidades dos alunos com TEA, o que muitas vezes não se concretiza devido a limitações estruturais e pedagógicas.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um avanço ao consolidar a obrigação das escolas regulares em oferecer condições adequadas para a inclusão. Ela reforça que a inclusão escolar deve ocorrer sem discriminação e com igualdade de condições para o aprendizado e o desenvolvimento (Brasil, 2015).

Contudo, Facci (2019, p. 32) aponta que "a implementação da educação inclusiva no Brasil esbarra na falta de formação de professores e na ausência de recursos estruturais que possibilitem a adequação das escolas às diretrizes estabelecidas". Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas que articulem não apenas a criação de legislações, mas também sua aplicação efetiva.

Além disso, a Declaração de Salamanca (1994), da qual o Brasil é signatário, reforça o princípio de que as escolas regulares devem ser acolhedoras para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Essa declaração influenciou diretamente a PNEPEI, que enfatiza a inclusão como um direito inalienável. No entanto, a falta de recursos,

como tecnologias assistivas e adaptações curriculares, compromete o cumprimento desse princípio em muitas escolas públicas brasileiras (Lopes; Telaska, 2022).

A prática da inclusão também requer investimento na formação continuada dos professores e na criação de ambientes pedagógicos adaptados. Cunha (2021, p. 63) destaca que "os docentes precisam ser preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, compreendendo as especificidades de cada aluno e aplicando estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão".

Entretanto, muitas vezes os programas de formação docente não contemplam com profundidade o trabalho com alunos com TEA, deixando os professores despreparados para atuar em contextos inclusivos.

A falta de integração entre as políticas educacionais e as práticas escolares é outro desafio significativo. Enquanto as legislações garantem direitos, a gestão escolar muitas vezes não dispõe de autonomia ou recursos para implementar as mudanças necessárias.

Para Grossi (2020), "a inclusão só será efetiva quando houver uma articulação entre políticas públicas, gestão escolar e formação docente, criando uma rede de apoio que permita às escolas desempenharem seu papel com segurança e eficácia". Em suma, embora o Brasil tenha avançado no campo legislativo para a educação inclusiva, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios consideráveis. É essencial que gestores públicos, educadores e toda a comunidade escolar trabalhem juntos para superar essas barreiras, garantindo que as crianças com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

Além disso, o fortalecimento das políticas públicas deve priorizar investimentos em infraestrutura, capacitação docente e apoio contínuo às famílias, promovendo uma inclusão que vá além do discurso e se torne uma realidade prática.

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

A relação entre escola e família é um pilar essencial para o sucesso da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A construção de um vínculo sólido entre esses dois ambientes contribui para um entendimento mais amplo das necessidades específicas da criança, promovendo um trabalho conjunto em busca de seu desenvolvimento integral.

Segundo Stravogiannis (2022, p. 87), "o envolvimento ativo da família no processo educacional é um fator determinante para a evolução social e acadêmica da criança". Esse envolvimento permite que os pais ou responsáveis compartilhem informações valiosas sobre o histórico e as particularidades da criança, facilitando a adoção de práticas pedagógicas mais personalizadas. No entanto, essa parceria muitas vezes encontra obstáculos, como a falta de comunicação efetiva entre os professores e os familiares.

De acordo com Camargos *et al.* (2020, p. 57), "a escola deve oferecer suporte aos pais, criando canais de comunicação que favoreçam a troca de informações e o alinhamento de expectativas". A ausência dessa comunicação pode levar ao surgimento de desentendimentos ou à sensação, por parte da família, de que sua contribuição não é valorizada. Para superar essa barreira, é necessário que as escolas invistam em estratégias como reuniões regulares, palestras de

orientação e a criação de grupos de apoio que envolvam pais, professores e profissionais de apoio.

Outro aspecto importante é a aceitação do diagnóstico pela família, pois ela desempenha um papel crucial na forma como a criança percebe e enfrenta os desafios da inclusão escolar. Famílias que aceitam e compreendem o diagnóstico do TEA têm maior propensão a se engajar ativamente no processo educacional e a colaborar com a escola.

Lopes e Telaska (2022, p. 14) destacam que "o envolvimento familiar em práticas de estimulação diária, como brincadeiras e atividades educativas, tem um impacto positivo no progresso acadêmico e emocional da criança com TEA". Isso reforça a importância de que as escolas atuem como agentes de orientação, oferecendo informações claras e acessíveis às famílias sobre o papel que desempenham no processo de inclusão.

O fortalecimento dessa relação exige que a escola reconheça as famílias como parceiras fundamentais, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso. Conforme Cunha (2021, p. 63), "a inclusão só será efetiva quando escola e família trabalharem de forma colaborativa, reconhecendo a importância de alinhar esforços e expectativas para o benefício do aluno".

Ao valorizar essa parceria, a escola não apenas melhora a experiência educacional das crianças com TEA, mas também contribui para a criação de uma comunidade mais inclusiva e consciente da diversidade. Essa abordagem colaborativa é um passo essencial para superar os desafios da inclusão e garantir que a criança seja plenamente apoiada em seu percurso educacional e social.

Nesse sentido, é importante um olhar para as questões socioemocionais envolvidas na Educação Inclusiva na Ação Docente. O “impacto socioemocional da inclusão escolar sobre crianças com TEA é uma dimensão frequentemente negligenciada. Estudos apontam que dificuldades na interação social e na comunicação podem gerar sentimentos de isolamento e baixa autoestima nesses alunos” (Lopes; Telaska, 2022, p. 13). Para Schmidt (2021, p. 19), “é indispensável que o ambiente escolar seja acolhedor e que os professores sejam capacitados para reconhecer e intervir nas necessidades emocionais dos estudantes”.

Além disso, o apoio emocional oferecido aos professores também é crucial. Segundo Grossi (2020), a formação docente deve incluir estratégias para lidar com o estresse e a pressão inerentes ao trabalho com crianças que possuem necessidades educacionais especiais.

A formação docente é a base para uma inclusão escolar efetiva. Cunha (2021, p. 63) ressalta que “a capacitação contínua dos professores não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para transformar a prática pedagógica”. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas e materiais adaptados que facilitem a comunicação e o aprendizado de crianças com TEA.

A utilização de jogos, histórias e atividades interativas pode ser uma estratégia eficaz para engajar os alunos e promover sua participação ativa nas aulas. Conforme Rodrigues et al. (2023, p. 12), “o uso de metodologias lúdicas na educação inclusiva potencializa o desenvolvimento cognitivo e social, criando um ambiente propício ao aprendizado”.

O referencial teórico apresentado evidencia a complexidade dos desafios relacionados à inclusão de crianças com TEA e a necessidade de uma abordagem multidimensional que envolva políticas públicas, formação docente, suporte às famílias e atenção às questões socioemocionais.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para o presente estudo foi a revisão sistemática, a partir da qual foram selecionados artigos publicados entre 2019 a 2024.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007, p. 84), "a revisão sistemática é uma metodologia de pesquisa que busca reunir e sintetizar os resultados de estudos primários sobre uma questão específica, utilizando métodos explícitos e reprodutíveis para localizar, selecionar e avaliar criticamente as evidências".

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Capes utilizando os descritores "autismo", "inclusão" e "escola". Foram incluídos apenas estudos disponíveis em Língua Portuguesa que tratassem diretamente os desafios da inclusão escolar de crianças com TEA. A seleção dos artigos seguiu critérios rigorosos de inclusão e exclusão, assegurando a relevância e qualidade das evidências analisadas.

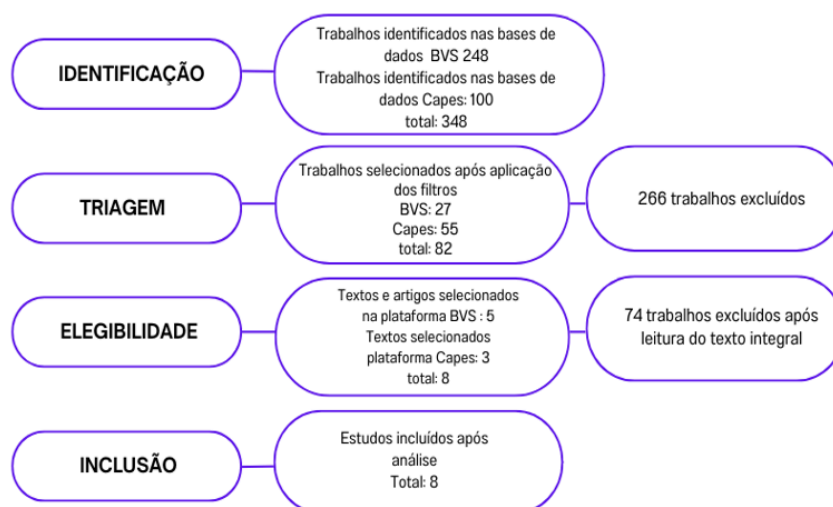
A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Desse modo, considerando o método empregado, esta pesquisa foi realizada nas seguintes plataformas:

- BVS (onde foram encontrados 248 (duzentos e quarenta e oito) resultados, após filtrar com as palavras descritoras, este número foi reduzido para 27 (vinte e sete), dos quais foram selecionados somente 05 (cinco) para análise;
- Capes, (onde foram encontrados 100 resultados, após filtrar com as palavras descritoras, este número foi reduzido para 55 (cinquenta e cinco), destes apenas 03 (três) contribuíram com a pesquisa.

Os dados encontrados são evidenciados no fluxograma a abaixo:

Figura 1: quantitativo de artigos encontrados nesta busca



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a obtenção dos resultados desta pesquisa foram selecionados 05 (cinco) artigos e 03 (três) dissertações para debater sobre os desafios da inclusão escolar de crianças com TEA, de 2019 a 2024.

No quadro abaixo, será mostrada a relação de artigos incluídos, considerando os autores, ano, objetivos do estudo e resultados encontrados.

Tabela 1 - Resultados incluídos no estudo

Ordem	Autor/ano	Instituição/ Revista/Periódico	Objetivos
01	PONCE, Joice Otávio; ABRAÃO, Jorge Luís Ferreira (2019)	Estilos da Clínica	Compreender a visão destes sobre o processo inclusivo
02	CARVALHO, Patrícia Fernandes de (2019)	Psicologia em Revista	Refletir o conceito de inclusão sob duas perspectivas: a educação inclusiva e o direito à educação especial, garantida por lei na Constituição Brasileira de 1988.
03	OLIVEIRA, Letícia Dal Pícolo Dal Secco de <i>et al.</i> (2021)	Psic. da Ed	O objetivo de capacitar os professores a aprenderem estratégias para promover a participação de alunos com TEA em atividades de grupo utilizando jogos cooperativos.
04	LOPES, Daniele Ardigo; TELASKA, Tatiele dos Santos. (2022)	Rev. Psicopedagogia	O presente trabalho teve como objetivo mapear estudos brasileiros publicados em periódicos com a temática Transtorno do Espectro Autista (TEA) em relação às estratégias de inclusão escolar.

05	LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias. NUNES, Laísy de Lima. SALOMÃO, Nádida Maria Ribeiro (2020)	Rev. Bras. Ed. Esp.	O objetivo é analisar episódios interacionais de crianças com autismo nos contextos de sala de aula e pátio, considerando seus pares e professores.
06	GUERRA, Iane Alves. SUASSUNA, Maria Aparecida Ferreira Menezes (2023)	Revista Interdisciplinar em Saúde	O objetivo do presente estudo é identificar os desafios da inclusão de crianças autistas, apresentando pontos essenciais da comunicação alternativa e ampliada no ambiente escolar para inclusão do aluno com TEA.
07	SOUZA, Sheila Carla de. LOUREIRO, Mariana Órfão (2020)	Braz. J. of Develop	O objetivo de apresentar conhecimentos necessários para professores que atuam com alunos com o espectro do autismo. Busca compreender, por meio de estudos literários, a inclusão de alunos da Educação Infantil com TEA e os desafios enfrentados pelos professores atuantes nesta etapa de ensino.
08	PAGANI, Josiani Gerardi; PAIM, Fernanda Regina Luvison (2020)	Saberes Pedagógico	O objetivo desta pesquisa surgiu em decorrência de um estágio não obrigatório, que esta pesquisadora realizou durante o Curso de Pedagogia, em que acompanhou uma menina com autismo, desde o diagnóstico.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A partir da análise dos artigos e dissertações apresentados na tabela, emergem dados significativos que destacam os desafios e avanços na inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Cada estudo analisado contribuiu com perspectivas únicas sobre práticas pedagógicas, capacitação docente e as relações entre escola e família.

O estudo de Ponce e Abrão (2019) explora as percepções dos professores sobre o processo inclusivo. Os resultados indicam que, embora exista um esforço para atender às necessidades dos alunos com TEA, muitos professores ainda se sentem despreparados devido à falta de formação continuada e suporte pedagógico adequado. Isso reflete a necessidade de investimentos mais robustos em programas de capacitação que integrem práticas inclusivas ao cotidiano escolar.

Já Carvalho (2019) faz uma análise das perspectivas sobre a inclusão escolar e o direito à educação especial. O estudo aponta que a aplicação das políticas públicas, embora avançada no papel, enfrenta desafios práticos em sua implementação. A falta de alinhamento entre as diretrizes legais e a realidade das escolas evidencia a importância de ações concretas, como o fornecimento de recursos materiais e humanos para tornar a inclusão uma prática efetiva.

No artigo de Oliveira et al. (2021), o foco recai sobre estratégias cooperativas para promover a participação de alunos com TEA. Os resultados destacam que o uso de jogos e dinâmicas em grupo pode ser uma abordagem eficaz para estimular o engajamento e a

socialização. No entanto, os autores ressaltam que essas estratégias dependem da formação dos professores para utilizarem metodologias ativas e adaptativas.

A revisão sistemática de Lopes e Telaska (2022) mapeia as publicações sobre inclusão escolar de crianças com TEA, identificando lacunas importantes na literatura nacional. Os autores apontam que a interação entre a escola e a família é um dos aspectos mais negligenciados, sendo essencial para o sucesso do processo inclusivo. Essa constatação reforça a importância de criar canais de comunicação entre os dois contextos, visando alinhar expectativas e práticas.

Por sua vez, o estudo de Lemos et al. (2020) analisa os contextos de sala de aula e pátio, evidenciando que, em ambientes inclusivos, as interações dos alunos com TEA melhoram significativamente quando há mediação ativa dos professores. Isso sugere que práticas pedagógicas direcionadas podem reduzir o isolamento social e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Os estudos de Guerra e Suassuna (2023) e Souza e Loureiro (2020) reforçam a importância da formação docente e da aplicação de tecnologias assistivas no contexto escolar. Ambos os estudos enfatizam que, para que a inclusão ocorra de forma efetiva, é fundamental garantir que os professores tenham acesso a recursos e formação que lhes permitam compreender e atender às particularidades dos alunos com TEA.

Por fim, Pagani e Paim (2020) destacam a relevância do acompanhamento individualizado no processo inclusivo, a partir de um estudo de caso com uma aluna autista. Os resultados mostram

que, com estratégias direcionadas, é possível promover o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos, fortalecendo suas habilidades e autonomia.

De maneira geral, os resultados apresentados na tabela apontam para a necessidade de um esforço conjunto entre políticas públicas, formação docente e envolvimento familiar. A inclusão escolar de crianças com TEA, embora desafiadora, pode ser efetiva quando são implementadas práticas pedagógicas adaptadas, e quando há suporte institucional para superar as barreiras identificadas. Esses achados reforçam a urgência de investir em recursos e capacitação, promovendo um ambiente inclusivo que valorize a singularidade de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo a partir da revisão sistemática e da análise dos dados, foi possível para atender ao objetivo e aprofundar a compreensão sobre a temática.

Os resultados evidenciaram que a inclusão escolar de crianças com TEA é um processo complexo, permeado por desafios relacionados à formação docente, recursos pedagógicos e a implementação prática de políticas públicas. A análise revelou que a capacitação continuada dos professores e o fortalecimento da relação entre escola e família são aspectos centrais para garantir o pleno desenvolvimento das crianças no ambiente escolar.

A revisão também revelou que, embora as políticas públicas forneçam diretrizes importantes, sua implementação prática ainda enfrenta desafios significativos. Por fim, conclui-se que o objetivo

geral foi alcançado ao identificar os desafios enfrentados pelos professores e propor estratégias para superá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

CAMARGOS, D. S.; SOUZA, R. A.; OLIVEIRA, J. M. A importância da interação escola-família na inclusão de crianças com TEA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 2, p. 56-65, 2020.

CUNHA, R. M. **Formação docente e educação inclusiva: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2021.

FACCI, M. G. **Educação inclusiva no Brasil: limites e possibilidades**. Curitiba: CRV, 2019.

GROSSI, M. G. R. A formação docente no contexto da inclusão escolar de crianças com TEA: uma análise de práticas e desafios. **Cadernos**

de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, v. 20, n. 1, p. 20-30, 2020.

LOPES, D. A.; TELASKA, T. S. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: revisão sistemática da literatura. **Psicopedagogia em Revista**, v. 30, n. 3, p. 10-22, 2022. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 3 out. 2024.

RODRIGUES, M. O.; OLIVEIRA, R. D. G.; DANDREA, S. V. M. Metodologias lúdicas na educação inclusiva: contribuições para o ensino de crianças com TEA. **Rede de Informação e Formação**, v. 18, n. 4, p. 10-15, 2023.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2020.

SCHMIDT, C. **Acolhimento e inclusão**: a prática docente frente às necessidades socioemocionais de crianças com TEA. Campinas: Papyrus, 2021.

STRAVOGIANNIS, A. L. **Pais de autistas**: acolhimento, respeito e diversidade. São Paulo: Cortez, 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 20 abr 2025.

